



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021

COMITÊ ESTRATÉGICO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR

Participantes representantes do Comitê Estratégico do PAR, além de Alexander Moreira (SEB), entre outros:

SETEC: Fabio Henrique Ibiapina Gomes e Marilza Machado Gomes Regattieri;

SEALF: Fábio de Barros Correia Gomes Filho;

SEB: Helber Ricardo Vieira;

SEMESP: Ilda Ribeiro Peliz e Irlane Maria Cavalcante Medeiros;

INEP: Carlos Eduardo Moreno Sampaio;

UNDIME: Marcelo Ferreira da Costa e Luiz Miguel Martins Garcia;

FNDE: Marcelo Lopes da Ponte e Gabriel Medeiros Vilar;

CONSED: Leila Soares de Souza Perussolo;

CAPES: Yuri Ghobad da Silva.

Aos 25 dias do mês de novembro de 2021, às 10h, por meio eletrônico (via Tems), reuniram -se os participantes acima descritos para tratar da seguinte pauta:

- Viabilidade de fundações estaduais ou municipais figurarem como entes demandantes das ações do PAR. (SETEC)

- Resultados da elaboração do diagnóstico e planejamento do PAR 4. (SEB).

Dilermando Silva deu início à reunião, ressaltando que a coordenação da reunião é de competência da Secretaria de Educação Básica, passando a palavra a Helber Viana. Helber destacou a relevância do diagnóstico do PAR 4, que proporcionou integração do PNE aos planos estaduais e municipais, além de ser uma demanda apresentada pelos órgãos de controle. Helber ressaltou, também, a necessidade da ampliação da assistência técnica, a fim de que as informações sejam mais precisas, bem como a percepção da rede quanto à importância da vinculação do diagnóstico com o planejamento e para a realização das próximas ações. Ademais, Helber citou a importância da preparação sócio-emocional dos estudantes no pós-pandemia e o quanto essa agenda é hoje uma pauta global, informando, na ocasião, que será aberta a possibilidade das redes incluírem, no PAR, estratégias e soluções de competência sócio-emocional. Com a Palavra, Alexander Moreira, destacou o caráter de planejamento da ferramenta do PAR, bem como de gestão compartilhada entre o MEC e o FNDE.

Alexander ressaltou, ademais, a expectativa dos órgãos de controle a respeito da consonância entre a vinculação do atendimento do PAR ao plano de educação e ao diagnóstico, cujo novo modelo tem agregado, em muito, à elaboração do PAR junto aos entes subnacionais. Alexander informou que, no momento, mais de cinco mil municípios concluíram a etapa preparatória do PAR e relatou que, no novo modelo de diagnóstico, estão contemplados indicadores do Censo, do SIOP e do IBGE. Conforme Alexander, o maior desafio nesse momento é a visão, por parte dos municípios, do contexto conjunto do plano de educação, diagnóstico e o atendimento do PAR, afim de que haja coerência entre todos. Alexander compartilhou com todos uma apresentação que exemplifica algumas melhorias que precisam ser implementadas, uma vez que ainda não há, ainda, de forma geral, a elaboração dos planos estaduais e municipais baseados no plano nacional, citando, na ocasião, o Acórdão 1048 do TCU, que cita essa obrigatoriedade. Em continuidade, Leila Perussolo destacou a importância da iniciativa que contempla as competências sócio-emocionais, que foram trabalhadas em parceria, durante o ano de 2021, entre Consed e Undime, para o contexto da pandemia e nos trabalhos para a retomada das aulas presenciais. Leila destacou, também, a importância do trabalho conjunto no desenvolvimento do PAR na implementação das melhorias dos trabalhos. Luiz Miguel Garcia, na oportunidade, citou a importância da resposta do PAR às demandas colocadas pelos municípios, ressaltando a importância da cultura do planejamento, que está sendo incentivada nesse novo modelo. Em continuidade, Helber citou a importância da tecnologia no contexto da educação e informou que, para que a tecnologia chegue aos locais mais remotos, Marcelo Lopes solicitou uma abertura de espaço para propor a inserção de mais uma importante iniciativa no PAR. Com a palavra, Marcelo detalhou a proposta, que trata da inclusão da abertura para aquisição e implementação de placas de energia fotovoltaica. Na ocasião, Luiz Miguel destacou a importância da iniciativa, principalmente para comunidades do campo, ribeirinhas e quilombolas, sugerindo a inclusão da possibilidade de unir suplementos de informática. Após a proposição, foi unânime a colocação dos representantes sobre a relevância da proposta, que destacaram ser esta uma política há muito aguardada. Na perspectiva da relevância do incremento às ações de infraestrutura, Ilda Peliz ilustrou que, no dia anterior à reunião, o Ministro Milton Ribeiro informou que destinará mais recursos para o PDDE Água e Esgoto, sendo o objetivo da ação mitigar, de forma geral, essa demanda. Em continuidade, Helber iniciou as deliberações acerca da nova iniciativa, que foi aprovada com unanimidade. Carlos Moreno, na ocasião, sugeriu que, na próxima reunião do comitê, sejam detalhadas as ações dentro desse contexto e Helber confirmou que a equipe técnica do FNDE iniciará os trabalhos referentes à implementação da iniciativa e que, na próxima reunião, será apresentada a todos. Luiz Miguel, na ocasião sugeriu a inserção, quando possível, de uma aquisição de veículos de apoio às Secretarias, sendo essa uma necessidade, principalmente, dos municípios menores. A solicitação foi reforçada por Leila Perussolo e Carlos Moreno destacou a importância de incluir, também, veículos de movimentação fluvial. Em continuidade, Marilza Regattieri apresentou a demanda que se refere à viabilidade de fundações estaduais ou municipais figurarem como entes demandantes das ações do PAR, uma vez que há a tendência da ampliação na atuação de outros atores na oferta da educação profissional. Gabriel Vilar destacou que já foi autorizada em reunião do Comitê a autorização de repasse à Secretaria de Ciência e Tecnologia do estado. Dessa forma, Marilza destacou a necessidade de compreender os desdobramentos da decisão do colegiado. Gabriel sugeriu, portanto, que seja realizada uma reunião fora do contexto do comitê para o alinhamento dos detalhes citados, o que ficou acordado com Marilza. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, Renata Costa Cabral, servidora lotada na Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos integrantes do Comitê presentes na reunião. Brasília, 25 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Costa Cabral, Coordenador(a) de Projeto**, em 04/02/2022, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LOPES DA PONTE, Usuário Externo**, em 04/02/2022, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Ilda Ribeiro Peliz, Secretário(a)**, em 04/02/2022, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Miguel Martins Garcia, Usuário Externo**, em 04/02/2022, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Usuário Externo**, em 07/02/2022, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Ghobad da Silva, Usuário Externo**, em 08/02/2022, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Medeiros Vilar, Usuário Externo**, em 14/02/2022, às 19:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Henrique Ibiapina Gomes, Coordenador(a)-Geral**, em 26/04/2022, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Ferreira da Costa, Usuário Externo**, em 16/05/2022, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3119159** e o código CRC **D0E4138D**.